DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 657/2017

PROCESSO TC/MS	: TC/12673/2013
PROTOCOLO	: 1434629
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDROLÂNDIA/MS
ORDENADOR DE DESPESAS	: ARI BASSO
CARGO DO ORDENADOR	: PREFEITO MUNICIPAL
ASSUNTO	: CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 120/2013
EMPRESA CONTRATADA	: MS DIAGNÓSTICA LTDA
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	: CARTA CONVITE N. 21/2013
OBJETO	: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO ANALISADOR BIOQUÍMICO AUTOMATIZADO MULTIPARAMÉTRICO.
VALOR INICIAL	: R$ 48.800,00
RELATOR	: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

CONTRATO ADMINISTRATIVO. EXECUÇÃO FINANCEIRA. ATO LEGAL E REGULAR.

DO RELATÓRIO

Tratam os autos da apreciação da execução financeira do Contrato Administrativo n. 120/2013 (3ª fase), celebrado entre o Município de Sidrolândia/MS e a empresa MS Diagnóstica Ltda, constando como ordenador de despesas o Sr. Ari Basso, prefeito municipal à época.

O objeto da contratação é a aquisição de equipamento analisador bioquímico automatizado multiparamétrico, no valor global de R$ 48.800,00 (quarenta e oito mil e oitocentos reais).

Foi emitida a Decisão Singular DSG-G. ODJ n. 4578/2015, julgando a legalidade e regularidade do procedimento licitatório na modalidade Carta Convite n. 21/2013 e da formalização contratual.

A 4ª Inspetoria de Controle Externo (4ª ICE) realizou a Análise ANA n. 6599/2016, entendendo pela legalidade e regularidade da execução financeira.

Ato contínuo, o Ministério Público de Contas (MPC) emitiu o Parecer PAR – MPC – GAB. 6 DR. JAC n. 16496/2016, opinando pela legalidade e regularidade dos atos praticados.

DA DECISÃO

A execução financeira do contrato em análise atendeu aos ditames da Lei n. 4.320/64 e restou assim demonstrada:

- Valor inicial da contratação: R$ 48.800,00;
- Valor Empenhado: R$ 48.800,00;
- Notas Fiscais: R$ 48.800,00;
- Comprovantes de Pagamento: R$ 48.800,00.

Por fim, os documentos foram enviados de forma tempestiva para esta Corte de Contas, conforme o prazo estabelecido pela Instrução Normativa TC/MS n. 35/2011.

Assim, acolho o entendimento da 4ª ICE e o parecer Ministerial, e **DECIDO**:

1. pela **legalidade e regularidade** da execução financeira do Contrato Administrativo n. 120/2013 (3ª fase), celebrado entre o Município de Sidrolândia/MS e a empresa MS Diagnóstica Ltda, constando como ordenador de despesas o Sr. Ari Basso, prefeito municipal à época, com fulcro no art. 59, I, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, c/c o art. 120, III, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76/2013;

2. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, conforme o art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS.

Campo Grande/MS, 21 de fevereiro de 2017.

CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO
Relator

dncs